

Processo	RO - 7141/98		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	01/02/2000	DJMG	Página: 6		
Órgão Julgador	Terceira Turma				
Relator	Convocada Maria Cecília Alves Pinto				
Revisor	Maria José Castro Baptista de Oliveira				
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - FINALIDADE				

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FINALIDADE. O fim maior da ação civil pública na Justiça do Trabalho é exatamente a **tutela do ordenamento jurídico vigente**, agindo o Ministério Público em defesa dos interesses coletivos relacionados ao desrespeito dos direitos trabalhistas garantidos pela Constituição da República. Assim é que, se as medidas extrajudiciais tomadas não foram capazes de fazer cessar as inúmeras infrações constatadas, compete a esta Justiça determinar que o réu cumpra as obrigações de fazer e não fazer que resultam, em última análise, no cumprimento da ordem jurídica pátria.

RO nº 01856-2001-109-03-00-0 – 7ª Turma, rel. juiz Luiz Ronan Neves Koury – DJMG de 23/09/03, pag. 16.

TUTELA INIBITÓRIA. PREVISÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. DESNECESSIDADE DO DANO.

Segundo ensina Luiz Guilherme Marinoni, um dos grandes obstáculos para tutela preventiva encontra-se na própria classificação trinária das sentenças, eis que nenhuma das espécies nominadas (meramente declaratórias, constitutivas e condenatórias) tem a virtude de propiciá-la. Com efeito, através do conceito de condenação (execução por sub-rogação), esconde-se uma ação pela incoercibilidade do *facere* fruto da doutrina desenvolvida com base no Código Napoleônico no sentido de que toda obrigação de fazer ou não fazer resolve-se em perdas e danos. Acrescenta que esses valores liberais impregnaram o sistema clássico de tutela dos direitos, relegando a segundo plano a tutela preventiva, pois a idéia reinante era de que a única tutela contra o ilícito constituía-se na reparação do dano. **Atualmente a processualística moderna invoca o direito constitucional de acesso à justiça como fundamento jurídico para concessão da tutela inibitória, positivado no artigo 5º, XXXV da Constituição Federal. Não obstante, ainda devem ser mencionados os artigos 11 da Lei da Ação Civil Pública e 461 do CPC como dispositivos legais que amparam o pedido de tutela inibitória, restando demonstrado que, além de não existir norma legal que vede a pretensão do autor, há toda uma estrutura normativa que ampara o seu pedido. Assim, não subsistem os argumentos quanto à inexistência de dano**

para impedir a tutela jurisdicional, pois o que se pretende é exatamente a prevenção do ilícito, potencial e iminente.

Data de Publicação	16/04/2005	DJMG	Página: 3
Órgão Julgador	Terceira Turma		
Relator	Paulo Roberto Sifuentes Costa		
Revisor	Maria Lúcia Cardoso de Magalhães		
Tema	TERCEIRIZAÇÃO - LICITUDE		

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA - ATIVIDADE-FIM - PRETENSÃO INIBITÓRIA - Não há como atribuir caráter periférico à atividade de descarregamento e separação de botijões vazios, ainda que de outras marcas, no contexto de uma empresa cujo objeto social é a "manipulação, estocagem, engarrafamento, transporte, distribuição, comércio, importação e exportação de sub-produtos da refinação de petróleo, especialmente gás liquefeito". Sabe-se da experiência comum (art. 335/CPC) que, na comercialização de botijões de gás aos consumidores em geral, e especialmente os residenciais, as empresas sempre levam o botijão vazio, substituindo-o por outro cheio, cobrando apenas o valor referente ao preço do gás em si. Ora, se praticamente toda venda implica o carregamento do botijão vazio, a atividade empresária não subsistirá se não tiver empregados permanentemente encarregados de lidar com estes botijões vazios. Em sendo ilícita a terceirização, nos termos da jurisprudência sedimentada no Enunciado 331, III, do TST, procede a pretensão inibitória para que a ré abstenha-se de tal prática (art. 11 da Lei 7.347/85).

Processo	01362-2006-031-03-00-3 RO	Ver	Ver	Ver
		Teor	Andamento	Sentença

Data de Publicação	07/11/2007	DJMG	Página: 17
Órgão Julgador	Oitava Turma		
Relator	Denise Alves Horta		
Revisor	Convocada Maria Cecília Alves Pinto		
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - NATUREZA PREVENTIVA		

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - NATUREZA PREVENTIVA - A ação civil pública direciona-se contra ilícitos praticados, mas, que, no entanto, originam fundados receios de sua continuação e repetição. Assim, a tutela requerida, via ação inibitória coletiva, reveste-se de natureza preventiva, com o fim jurisdicional precípua de impedir a propagação e a reincidência do procedimento contrário ao ordenamento jurídico pátrio. Nessa linha de interpretação, a doutrina de Rodolfo de Camargo Mancuso, no sentido de que "A tutela é concedida pelo receio em se considerar que algo mau vai acontecer, ou é provável que ocorra. A probabilidade é elemento necessário; não se pode recear o que não é possível, nem mesmo o que dificilmente aconteceria. O grau do provável é examinado pelo juiz, mas se ele mesmo tem dúvida, deve deferir o pedido de medida cautelar." (cit., in, "**Ação Civil Pública** na Justiça do Trabalho". Raimundo Simão Melo. 2a. ed., LTr, SP, p. 169/170). Desse modo, **para atender ao princípio da efetividade da jurisdição, realizando-se essa garantia constitucional, imprescindível a utilização de tutela inibitória (com meios coercitivos, como as "astreintes"), visando obstar a ocorrência ou a repetição do ilícito.**

FUNDAMENTAÇÃO:

(...) **Com a devida vênia da interpretação do juiz sentenciante, o número de autuações lavradas, bem como os fatos de que a última fiscalização referente à jornada de trabalho tenha sido realizada em 2004 e que as condutas desabonadoras do requerido não tenham se repetido nos anos de 2005 e 2006, não constituem óbices capazes de inviabilizar a concessão da tutela inibitória almejada.** A ação civil pública direciona-se contra ilícitos praticados, mas que, no entanto, originam fundados receios de sua continuação e repetição. **Assim, a tutela requerida, via ação inibitória coletiva, reveste-se de natureza preventiva, com o fim jurisdicional precípua de impedir a propagação e a reincidência do procedimento contrário ao ordenamento jurídico pátrio.** Com efeito, o Ministério Público do Trabalho pretende tutela inibitória, vale dizer, colima a condenação da ré a se abster de condutas que reputa ilícitas, sob pena de multa, para a proteção de direitos coletivos dos trabalhadores. Tem em mira, pois, a cessação do ilícito, o que se alcança, ordinariamente, pela tutela inibitória, mediante a utilização de meios de coerção, como bem exemplifica. Tem em mira, pois, a cessação do ilícito, o que se alcança, ordinariamente, pela tutela inibitória, mediante a utilização de meios de coerção, como bem exemplificam as 'astreintes'. Como realçado, a ação civil pública serve como veio condutor desse objetivo, vale dizer, é adequada, é instrumento hábil para levar ao Judiciário a pretensão de que o ilícito não se repita e o jurisdicionado tem direito de buscar a jurisdição seja em virtude de

ofensa ocorrida, que se repete ou que sequer ainda ocorreu, mas que pode ocorrer (veja-se que o inc. XXXV do art. 5º da CR/88 fala em 'lesão ou ameaça de direito'). De fato, se a Constituição assegura uma tutela efetiva, há de ser adequada, justa e em tempo razoável. Quando se depara com lesões que atingem uma coletividade, a melhor técnica de atuação é a coletiva, molecular, apropriada para enfrentar as lesões de massa, impondo-se evitar, 'concessa venia', o estreitamento dessa via de atuação mais adequada. **Logo, cabe, sim, ao Ministério do Trabalho fiscalizar o cumprimento dos preceitos cogentes trabalhistas (art. 626, CLT), mormente no que toca a direitos elementares e normas de saúde, higiene e segurança do trabalhador, mas essa linha de atuação administrativa não obsta o acesso ao Judiciário, inclusive quando se deduz pretensão de tutela inibitória, porque, do contrário, estar-se-ia negando jurisdição, em ofensa ao inc. XXXV do art. 5º da CR/88, que, como supra mencionado, não exige, nem mesmo, a efetiva lesão, contentando-se, acertadamente, com a ameaça de lesão, no que se insere, por certo, a tutela que visa a combater a repetição do ilícito. Se o inc. XXXV do art. 5º da CR/88 assegura a jurisdição, inclusive quanto à ameaça de lesão, o sistema processual deve prever os meios para inibir a sua ocorrência e, de fato, o faz, possibilitando a cominação de multas, para impor conduta ou obstá-la, a exemplo do que se colhe do art. 11 da Lei 7.347/85 e do parágrafo 5º do art. 461 do CPC. Desse modo, para atender ao princípio da efetividade da jurisdição, realizando-se essa garantia constitucional, imprescindível a utilização da tutela inibitória (com meios coercitivos, como as 'astreintes'), visando a obstar a ocorrência ou a repetição do ilícito.** Na espécie, vale destacar a citação de Raimundo Simão Melo do comentário de Rodolfo de Camargo Mancuso, embasado em Pontes de Miranda, a saber: 'A tutela é concedida pelo receio em se considerar que algo mau vai acontecer, ou é provável que ocorra. A probabilidade é elemento necessário; não se pode recear o que não é possível, nem mesmo o que dificilmente aconteceria. O grau do provável é examinado pelo juiz, mas se ele mesmo tem dúvida, deve deferir o pedido de medida cautelar.' (In, "Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho". 2ª ed., LTr, SP, p. 169/170). **Em vista de todo o exposto, há que se condenar a reclamada ao cumprimento das seguintes obrigações: a) abster-se de exigir dos seus empregados o cumprimento de jornada extraordinária superior ao limite máximo de duas horas diárias (artigo 59 da CLT), o trabalho durante o intervalo interjornada de 11 horas consecutivas (artigo 66 da CLT) e o labor em feriados nacionais e religiosos (artigo 70 da CLT) e b) conceder o descanso semanal de no mínimo 14 horas consecutivas (artigo 67 da CLT).** Tudo sob pena de multa de R\$10.000,00 (dez mil reais) por ato que caracterizar descumprimento das determinações contidas nas letras a e b, para cada empregado, reversível ao FAT e corrigida a partir do ajuizamento desta ação pelos mesmos índices aplicáveis aos créditos trabalhistas. A multa em comento encontra amparo no artigo 461, parágrafo 5º do CPC, e decorre da hipótese de descumprimento da determinação judicial relativa às obrigações de fazer e de não fazer imputadas ao réu. Quanto ao valor arbitrado, entendo-o compatível, por ora, com a condição econômico/financeira do recorrido, mesmo porque, não há óbice à sua redução, na fase de execução, caso passe a ser excessiva, conforme parágrafo 6º, do art. 461 do CPC. Registre-se que a referida penalidade tem por objetivo compelir a parte ré ao cumprimento da obrigação na forma específica e, portanto, o seu estabelecimento não tem por escopo que o devedor arque com a apenação. Logo, para

que se possa alcançar tal desiderato, impõe-se o seu arbitramento em valor expressivo. Do contrário, a estipulação perderia eficácia, pois o devedor não teria motivos consistentes para cumprir a obrigação principal. Provejo.” (grifos ausentes no original) (TRT – 3ª Região, Processo RO 01362-2006-031-03-00-3, Oitava Turma, Relatora Desembargadora Federal do Trabalho Denise Alves Horta, julgado em 17.10.2007, DJMG do dia 07.11.2007, pg. 17).

00356-2007-096-03-00-5 RO

Data de Publicação: 19-12-2007
Órgão Julgador: Quinta Turma
Tema: ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - CABIMENTO
Relator: Convocado Rodrigo Ribeiro Bueno
Revisor: José Murilo de Moraes

EMENTA: ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PREVENÇÃO. Uma vez configurado o ilícito, basta a probabilidade de sua repetição para que tenha cabimento, com caráter pedagógico e preventivo, a tutela jurisdicional inibitória, que é o meio eficaz de realização do objetivo do legislador, ou seja, a proibição do ato ou omissão que possa vir a provocar o dano. Desta forma, não é necessário que o dano já tenha ocorrido, pois o que se pretende é exatamente prevenir a sua ocorrência. Este o objetivo da tutela inibitória.

01366-2005-050-03-00-9 RO

Data de Publicação: 04-03-2008
Órgão Julgador: Setima Turma
Tema: TUTELA INIBITÓRIA - CABIMENTO
Relator: Emerson José Alves Lage
Revisor: Convocada Wilméia da Costa Benevides
EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - TUTELA DE CARÁTER INIBITÓRIO - MANUTENÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO - Se as provas constantes nos autos revelam o comportamento negligente da empresa no cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, induzindo ao temor de que o seu comportamento lesivo volte a ocorrer, deve ela ser compelida à manutenção de seus deveres legais e constitucionais. Tais normas, relacionadas à saúde e segurança do trabalhador, devem ser continuamente cumpridas, e as obrigações da empresa, por serem de trato sucessivo, não se esgotam com medidas isoladamente adotadas. Nessa hipótese, é cabível e necessária a tutela inibitória para evitar que a conduta lesiva adotada pela empresa volte a se repetir. Só assim será possível a garantia da efetividade da tutela jurisdicional, tão almejada pelo ordenamento jurídico. Esta é a inteligência do art. 5º, XXXV, da CR/88, que garante a apreciação pelo Poder Judiciário de lesão ou ameaça a direito e

torna expresso o princípio geral da prevenção, inerente a qualquer ordem jurídica que se preocupe em efetivamente garantir os direitos.

Processo	00066-2007-062-03-00-4 RO		Ver	Ver	Ver
			Teor	Andamento	Sentença
Data de Publicação	11/04/2008	DJMG	Página: 11		
Órgão Julgador	Primeira Turma				
Relator	Marcus Moura Ferreira				
Revisor	Convocada Taísa Maria Macena de Lima				
Tema	TUTELA INIBITÓRIA - CABIMENTO				

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - TUTELA INIBITÓRIA - POSSIBILIDADE. A forte **resistência da reclamada em implementar as medidas de segurança** indicadas pelo Termo de Ajuste de Conduta proposto pelo Ministério Público do Trabalho - objeto do pedido desta ação -, **bem assim a caracterização de ação ilícita continuada, justificam o receio do autor de que ela continue a agir ilicitamente, repetindo as irregularidades que violam os direitos indisponíveis dos seus empregados a um ambiente de trabalho saudável e seguro.** Assim, basta a probabilidade de repetição do ilícito para que ocorra, com caráter pedagógico e preventivo, a tutela jurisdicional inibitória.

0113000-15.2007.5.03.0069 RO

Data de Publicação: 11-05-2009 - DEJT

Órgão Julgador: Quinta Turma

Relator: José Murilo de Moraes

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. INTERESSE DE AGIR. TUTELA INIBITÓRIA. A natureza cogente da lei, por si só, não elide a necessidade-utilidade de provimento mandamental almejado na ação civil pública, o qual, mediante a cominação de penalidades (arts. 461 do CPC, 84 do CDC e 3º da LACP), viabiliza a atuação concreta da norma supostamente preterida de forma reiterada pelo empregador. Trata-se da tutela inibitória, decorrente do inciso XXXV do art. 5º da CR, que põe a salvo, sob o alcance do direito de ação, não

só a lesão como também a mera ameaça a direito, prevenindo a proliferação de ações individuais voltadas à reparação de eventuais danos decorrentes do ilícito que poderia ter sido cessado pela tutela jurisdicional pretendida coletivamente.

Processo	01369-2008-103-03-00-6 RO		Ver	Inteiro	Ver	Ver
			Teor	Andamento	Sentença	
Data de Publicação	20/07/2009	DEJT	Página: 154			
Órgão Julgador	Sexta Turma					
Relator	Convocado Fernando Antonio Viegas Peixoto					
Revisor	Anemar Pereira Amaral					
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CABIMENTO					

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TUTELA INIBITÓRIA. Não compadece com o direito processual moderno o entendimento de que o desrespeito a direitos dos trabalhadores não pode ser denunciado por meio de ação civil pública, mas apenas através de reclamação trabalhista individual. O processo deixou de ser visto como instrumento de mera reparação das lesões causadas ao bem jurídico tutelado para servir também como instrumento de prevenção e efetiva proteção dos interesses jurídicos. É inegável assim a relevância que ostenta a Ação Civil Pública como instrumento processual capaz de potencializar a efetividade da prestação jurisdicional. **No processo do trabalho, a ação civil pública é um veículo destinado a sanear irregularidades praticadas contra o trabalhador, sem o desgaste - inclusive econômico-financeiro - do ajuizamento de inúmeras reclamações trabalhistas para cada um dos lesados, servindo ainda como alargamento do número de operários que buscam no judiciário a satisfação de seus créditos de natureza alimentar, evitando o aumento da estatística de trabalhadores que apenas depois que perdem o emprego, ou seja, quando já não há mais possibilidade de adequação das condições laborais à previsão legal, buscam a reparação dos danos causados pelo empregador, frustrando a concretização do escopo maior do Direito do Trabalho, que não é a aplicação de sanções a "posteriori", mas sim a promoção de melhoria geral nas**

condições de trabalho, através da observância das regras trabalhistas pelo s empregadores.

**Autos nº [0000349-34.2010.5.03.0134 \(RO\)](#) - 4ª Turma, rel. juiz Júlio Bernardo do Carmo -
Publicação: DEJT 23.05.2011**

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CABIMENTO - LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - INTERESSE DE AGIR. É cabível ação civil pública visando a obter tutela inibitória consistente em impor à empresa ré obrigação de se abster de promover descontos ilícitos nos salários dos seus empregados, de admitir ou manter trabalhadores sem a formalização do contrato de emprego, sob as alegações de treinamento ou de trabalho temporário. Na hipótese, o interesse cuja tutela é pretendida transcende o âmbito dos direitos meramente individuais e sua defesa em Juízo cabe ao Ministério Público do Trabalho que tem o dever institucional de "promover ação para a defesa de outros interesses individuais homogêneos, sociais, difusos e coletivos", conforme consubstancia o artigo 6º, VIII, "a", da Lei Complementar 75/93.

RO 1325-88.2010.5.03.0086 – Publicação: DEJT 23.01.2012

Relator: Des. Júlio Bernardo do Carmo

Recorrente(s) Joaquim Reis da Silva

Recorrido(s) Ministério Público do Trabalho

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CABIMENTO – LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - INTERESSE DE AGIR. É cabível ação civil pública visando a obter tutela inibitória consistente em impor ao réu a obrigação de se abster de diversas infrações à legislação trabalhista, uma vez constatado pelos órgãos estatais fiscalizadores o agravamento da ilicitude de sua conduta, na contratação de empregados para o labor em sua propriedade rural. Na hipótese, o interesse cuja tutela é pretendida transcende o âmbito dos direitos meramente individuais e sua defesa em Juízo cabe ao Ministério Público do Trabalho que tem o dever institucional de "promover ação para a defesa de outros interesses individuais homogêneos, sociais, difusos e coletivos", conforme consubstancia o artigo 6º, VIII, "a", da Lei Complementar 75/93.

DECISÃO: A Turma, à unanimidade, conheceu do Recurso Ordinário interposto pelo réu; sem divergência, rejeitou as preliminares suscitadas; no mérito, unanimemente, negou-lhe provimento. Determina-se a aposição, na capa dos autos, do selo "TEMA RELEVANTE", do Centro de Memória deste Tribunal (Ato Regulamentar no 04, de 04 de maio de 2007).